

Comissão de cessar-fogo estuda desmobilização ^{SJ.} 14/2/94

A Comissão de Cessar-Fogo (CCF) está a estudar a recuperação do atraso na desmobilização das tropas do Governo e da Renamo, enviando em Fevereiro para a vida civil 25 por cento dos militares acantonados, disse o coronel Pier Segala.

Este militar italiano, que preside à CCF, indicou que a comissão se reuniu a semana passada em sessão tripartida (Governo, Renamo e Nações Unidas) para estudar o início da desmobilização.

De acordo com o calendário do processo de paz, aprovado em Outubro, cinco por cento dos efectivos acantonados deviam ter sido desmobilizados em Janeiro último. Mas isso não aconteceu com nenhum dos 30.260 militares presentes nas áreas de acomodação, segundo o balanço da Unidade Técnica da ONU.

O objectivo, explicou Segala, é que neste mês se cumpra a meta definida pelo calendário, que indica que até ao fim deste mês 25 por cento dos efectivos devem estar desmobilizados.

O coronel afirmou que os efectivos a desmobilizar serão aqueles que estão há mais de seis semanas registados nas áreas de acantonamento, mas recusou-se a valiar o número de militares em questão.

Cerca de 80 mil militares — 60 mil do Governo e 20 mil da Renamo — deverão passar pelas áreas de acomodação, número que não inclui o pessoal que não será acantonado, na sua esmagadora maioria do Governo.

O chefe da Unidade Técnica das Nações Unidas, Ton Pardoel, chegou a estimar os acantonados em cerca de 40 mil homens para o Governo e um milhar para a Renamo.

O coronel Segala disse que o inquérito da desmobilização está agora dependente das listas militares a serem abrangidos, já entregues pelo Executivo, mas ainda não pela Renamo.

Segala acrescentou terem sido apresentadas na última reunião as modalidades de desmobilização às partes, que as estão agora a estudar.

«A CCF está à espera de receber as listas dos desmobilizados do movimento de Afonso Dhlakama dentro de dias» — disse Segala.

Com cerca de 20 mil efectivos, a Renamo apenas tem desmobilizados cerca de 5.000 homens, podendo os restantes integrar o novo Exército de 30 mil homens, 15 mil de cada parte.

RECRUTAMENTO VOLUNTÁRIO

O recrutamento para o novo Exército é voluntário,

nos termos do Acordo Geral de Paz, mas nas áreas de acantonamento os guerrilheiros da Renamo dizem frequentemente que estão «à espera das ordens dos chefes», embora alguns se manifestem «cansados».

Do lado do Governo é geral a declaração dos militares de que não querem ir para o novo Exército.

Ao serem desmobilizados, os militares, sejam do Executivo ou da Resistência Nacional Moçambicana, recebem três meses de soldo, processados pelo Ministério das Finanças moçambicano. Mais três pagamentos são-lhes efectuados nos meses subsequentes nas zonas para onde se deslocarem.

A comunidade internacional comprometeu-se entretanto no final de Janeiro a pagar mais 18 meses de salários aos militares, num programa gerido pelas Nações Unidas no montante de 20 milhões de dólares.